

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Processo Administrativo nº: **1616/2026**
Modalidade Licitatória: **Pregão Eletrônico**
Critério de Julgamento: **Menor Preço Por item**
Regime de Execução: **Prestação de Serviços Continuados**
Órgão/Entidade: **Prefeitura Municipal de Posse-Go**
Unidade Gestora: **Secretaria Municipal de Administração**

1. Introdução

presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade analisar a necessidade da contratação de **prestação de serviços de locação – licença de uso de software de gestão pública**, desenvolvido por **único desenvolvedor**, de forma **integrada, sistêmica e modular**, operando em **ambiente 100% WEB**, com **hospedagem de dados em Internet Data Center – IDC**, incluindo implantação, migração e conversão de dados, suporte técnico, manutenção corretiva, evolutiva e legal, atualizações automáticas, treinamento de usuários e demais serviços correlatos, conforme critérios, especificações técnicas e condições estabelecidas neste estudo técnico preliminar.

Legalmente, pretendida pelo Município de Posse – Goiás, servindo como instrumento de planejamento e fundamentação da futura contratação, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, às orientações do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO) e às boas práticas de governança pública.

Este documento busca demonstrar a viabilidade técnica, econômica e administrativa da solução proposta, bem como justificar a escolha do objeto, avaliando alternativas disponíveis no mercado e os riscos envolvidos.

2. Descrição da Necessidade

A Administração Pública do Município de Posse – Goiás possui a necessidade de modernizar e integrar os sistemas de gestão administrativa utilizados pelas diversas unidades da estrutura municipal, com o objetivo de garantir maior eficiência operacional, segurança das informações, conformidade legal e transparência na gestão dos recursos públicos. A atual dinâmica administrativa exige soluções tecnológicas capazes de suportar a complexidade das atividades relacionadas à execução orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, administrativa e de controle, assegurando a integridade, a rastreabilidade e a disponibilidade das informações em tempo real. A inexistência ou insuficiência de uma solução tecnológica integrada e estruturante compromete diretamente a eficiência da gestão pública municipal, gerando fragmentação de informações, retrabalho administrativo, dificuldades de controle interno, riscos de inconsistências contábeis e limitações na geração de relatórios gerenciais e fiscais exigidos pelos órgãos de controle. Além disso, a ausência de integração entre sistemas administrativos pode dificultar o cumprimento de obrigações legais relacionadas à transparência pública, à gestão fiscal responsável e à prestação de contas, afetando

negativamente a governança e a tomada de decisão pelos gestores públicos. Outro fator relevante refere-se à necessidade de atendimento às exigências normativas relacionadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, que determina a adoção de sistema integrado com base de dados única, garantindo padronização contábil, rastreabilidade das operações e disponibilidade das informações em tempo real, conforme previsto na legislação fiscal e nas normas de governança da administração pública.

Nesse contexto, torna-se imprescindível a adoção de solução tecnológica integrada, em ambiente totalmente web, capaz de apoiar as rotinas administrativas municipais, automatizar processos, consolidar dados institucionais e permitir a gestão eficiente das informações públicas.

A contratação de solução especializada permitirá a implantação de sistema de gestão pública modular, integrado e interoperável, incluindo serviços de implantação, migração de dados, suporte técnico, manutenção evolutiva e atualização legal contínua, garantindo a continuidade das atividades administrativas e o adequado funcionamento da máquina pública.

Dessa forma, a contratação pretendida visa assegurar a modernização da gestão administrativa municipal, fortalecer os mecanismos de controle, ampliar a transparência pública e proporcionar melhores condições para o planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas, contribuindo diretamente para o atendimento do interesse público e para o aprimoramento da governança da Administração Municipal.

3. Alinhamento com o Planejamento da Administração

A contratação pretendida encontra-se plenamente alinhada com os instrumentos de planejamento e gestão orçamentária do Município de Posse – Goiás, bem como com os objetivos estratégicos da Administração Pública Municipal voltados à modernização administrativa, eficiência na gestão dos recursos públicos e aprimoramento da governança institucional.

Nesse sentido, a solução pretendida guarda compatibilidade com os seguintes instrumentos de planejamento governamental:

Plano Plurianual (PPA)

A contratação contribui diretamente para o fortalecimento da gestão administrativa e financeira do Município, permitindo maior controle das ações governamentais, melhoria da qualidade das informações gerenciais e suporte tecnológico adequado à execução das políticas públicas previstas no planejamento estratégico municipal.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A contratação está alinhada às diretrizes de modernização administrativa, melhoria da gestão fiscal e fortalecimento dos mecanismos de controle interno e transparência pública, princípios amplamente estimulados pela legislação orçamentária anual.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

A despesa decorrente da contratação encontra-se prevista nas dotações orçamentárias da Administração Municipal, assegurando a compatibilidade entre o planejamento financeiro e a execução da política pública de modernização tecnológica da gestão administrativa.

Além disso, a contratação está alinhada aos princípios de governança pública, planejamento, eficiência administrativa, transparência e responsabilidade fiscal, previstos na legislação vigente e nas boas práticas de gestão pública, especialmente no que se refere à utilização de soluções tecnológicas que ampliem a capacidade de controle, gestão e prestação de contas da Administração.

A implementação de sistema integrado de gestão pública contribui ainda para o atendimento das exigências legais relacionadas à gestão fiscal e à transparência administrativa, incluindo a integração de dados, a rastreabilidade das operações administrativas e a disponibilização de informações em tempo real, fortalecendo os mecanismos de controle interno e externo.

Dessa forma, a contratação pretendida encontra-se devidamente alinhada com o planejamento estratégico e orçamentário do Município, constituindo medida necessária para garantir maior eficiência na execução das atividades administrativas e no suporte às políticas públicas municipais.

4. Requisitos da Contratação

A solução tecnológica a ser contratada deverá atender a requisitos técnicos, operacionais, legais e de segurança da informação necessários ao pleno funcionamento da gestão administrativa municipal, garantindo desempenho adequado, confiabilidade, integridade dos dados e conformidade com a legislação aplicável.

Dentre os principais requisitos da contratação, destacam-se:

a) Requisitos técnicos da solução

A solução deverá consistir em sistema integrado de gestão pública, estruturado de forma modular, com funcionamento em **ambiente 100% web**, permitindo acesso seguro via internet e operação simultânea pelos diversos setores da Administração Municipal.

O sistema deverá possuir arquitetura tecnológica moderna, com base de dados única e integrada, permitindo o compartilhamento seguro das informações entre os módulos e evitando redundância ou inconsistência de dados.

Deverá ser disponibilizado em ambiente de hospedagem seguro, em **Internet Data Center (IDC)**, garantindo níveis adequados de disponibilidade, desempenho, segurança da informação, backup e recuperação de dados.

b) Requisitos legais e normativos

A solução deverá atender integralmente às exigências legais e normativas aplicáveis à gestão pública, especialmente no que se refere:

- à legislação fiscal e contábil aplicável à Administração Pública;
- às normas de transparência e controle da gestão pública;
- às exigências relacionadas ao **Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC**, garantindo base de dados única, integração entre módulos e rastreabilidade das operações administrativas.

c) Requisitos operacionais

A solução deverá contemplar funcionalidades que permitam a execução e o gerenciamento das principais rotinas administrativas do Município, incluindo, entre outras:

- gestão orçamentária, financeira e contábil;
- gestão de compras, licitações e contratos;
- controle de fornecedores;
- controle de estoque e almoxarifado;
- gestão patrimonial;
- relatórios gerenciais e fiscais;
- integração com sistemas de controle externo e portais de transparência.

d) Serviços associados

Além da disponibilização da licença de uso do software, a contratação deverá incluir obrigatoriamente:

- serviços de implantação do sistema;
- migração, conversão e validação dos dados existentes;
- treinamento dos servidores públicos usuários do sistema;
- suporte técnico especializado;
- manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa;
- atualização legal contínua da solução.

e) Segurança da informação

A solução deverá assegurar mecanismos adequados de proteção das informações públicas, incluindo:

- controle de acesso por usuário e perfil;
- rastreabilidade das operações realizadas no sistema;
- mecanismos de backup automático e recuperação de dados;
- conformidade com boas práticas de segurança da informação aplicáveis ao setor público

5. Levantamento de Soluções Existentes no Mercado

Com o objetivo de identificar alternativas tecnológicas capazes de atender às necessidades da Administração Pública Municipal, foi realizado levantamento preliminar das soluções disponíveis no mercado especializadas em **sistemas integrados de gestão pública municipal**, considerando experiências, contratos e parâmetros adotados por outros entes da administração pública, que atuam e utilizam o segmento de tecnologia voltada à gestão pública.

O levantamento considerou, principalmente, os seguintes aspectos:

- existência de soluções tecnológicas voltadas especificamente para a gestão pública municipal;
- capacidade de integração entre módulos administrativos;
- conformidade com a legislação aplicável à administração pública, especialmente no que se refere à contabilidade pública, execução orçamentária, transparência e prestação de contas;
- atendimento às exigências do **Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC**, que exige base de dados única, integração entre sistemas e disponibilidade das informações em tempo real;
- modelo de disponibilização da solução em ambiente web com hospedagem segura de dados;
- oferta de serviços de suporte técnico, manutenção evolutiva e atualização legal.

No mercado brasileiro de soluções tecnológicas voltadas à gestão pública municipal, observa-se a existência de empresas especializadas no desenvolvimento e fornecimento de sistemas integrados que contemplam módulos administrativos essenciais, tais como gestão orçamentária, contabilidade pública, compras e licitações, contratos administrativos, controle patrimonial, almoxarifado, gestão de fornecedores e relatórios gerenciais.

Essas soluções geralmente são disponibilizadas por meio de **licenciamento de uso de software com prestação de serviços continuados**, incluindo implantação, migração de dados, treinamento de usuários, suporte técnico e atualizações periódicas, modelo amplamente utilizado pela Administração Pública em razão da necessidade de manutenção constante e adequação às frequentes alterações da legislação fiscal, contábil e administrativa.

Durante o levantamento, também foram analisadas contratações similares realizadas por outros municípios e órgãos públicos, verificando-se que a adoção de **sistemas integrados de gestão pública em ambiente web** constitui prática consolidada no setor público, permitindo maior padronização administrativa, integração de dados e melhoria da governança institucional.

Observou-se ainda que as soluções disponíveis no mercado apresentam arquitetura modular e interoperável, possibilitando a implementação gradual dos diversos módulos administrativos conforme a necessidade da Administração, bem como integração com

plataformas externas, sistemas de controle externo e portais de transparência, atendendo às exigências legais de prestação de contas e acesso à informação.

Dessa forma, conclui-se que **existem soluções tecnológicas disponíveis no mercado capazes de atender à necessidade da Administração Municipal**, sendo fundamental, entretanto, a definição adequada dos requisitos técnicos, operacionais e legais previstas posteriormente no Termo de Referência, a fim de garantir competitividade entre fornecedores, seleção da proposta mais vantajosa e por meio de média e atendimento pleno às necessidades institucionais do Município.

6. Análise das Alternativas

Para a definição da solução mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada, foram analisadas alternativas possíveis sob os aspectos técnico, operacional, econômico e administrativo, considerando as práticas adotadas pela Administração Pública e as soluções disponíveis no mercado de tecnologia aplicada à gestão pública.

A análise buscou avaliar a viabilidade de diferentes formas de atendimento da demanda, considerando critérios como custo-benefício, eficiência operacional, disponibilidade de recursos humanos, riscos administrativos e capacidade de atendimento às exigências legais e normativas aplicáveis à gestão pública municipal.

Nesse contexto, foram analisadas as seguintes alternativas:

Alternativa 1 – Desenvolvimento ou execução direta pela Administração

Esta alternativa consistiria no desenvolvimento de sistema próprio pela Administração Pública Municipal ou na execução interna das atividades relacionadas à gestão integrada dos sistemas administrativos.

Entretanto, essa alternativa mostrou-se **inviável sob os aspectos técnico, operacional e econômico**, pelos seguintes motivos:

- inexistência de equipe técnica especializada em desenvolvimento, manutenção e atualização de sistemas de gestão pública;
- necessidade de investimentos elevados em infraestrutura tecnológica, desenvolvimento de software e manutenção permanente;
- complexidade para garantir conformidade com as constantes alterações da legislação fiscal, contábil e administrativa;
- necessidade de estrutura permanente de suporte técnico e atualização tecnológica;
- riscos elevados de descontinuidade operacional e obsolescência tecnológica.

Além disso, o desenvolvimento de solução própria demandaria tempo significativo para concepção, implementação e validação, o que poderia comprometer o funcionamento regular das atividades administrativas do Município.

Dessa forma, conclui-se que a execução direta pela Administração não representa solução viável ou economicamente vantajosa para atendimento da demanda identificada.

Alternativa 2 – Aquisição de software com instalação e gestão local (on-premise)

Outra alternativa considerada foi a aquisição de licença definitiva de software, com instalação da solução em servidores próprios do Município, sob responsabilidade da Administração.

Apesar de possibilitar maior controle direto da infraestrutura tecnológica, essa alternativa apresenta limitações relevantes, tais como:

- necessidade de aquisição e manutenção de infraestrutura de servidores;
- custos adicionais relacionados à segurança da informação, backup e redundância de dados;
- necessidade de equipe técnica permanente para administração da infraestrutura tecnológica;
- maior risco de indisponibilidade do sistema em caso de falhas técnicas ou limitações estruturais.

Além disso, esse modelo pode gerar custos operacionais mais elevados ao longo do tempo, especialmente relacionados à atualização tecnológica, manutenção de equipamentos e gestão da infraestrutura.

Dessa forma, embora tecnicamente possível, essa alternativa apresenta **maior complexidade operacional e custos indiretos adicionais**, tornando-se menos vantajosa para a Administração Municipal.

Alternativa 3 – Contratação de solução especializada em modelo de licenciamento com serviços continuados

A terceira alternativa analisada consiste na **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de licença de uso de software de gestão pública, em ambiente web, com hospedagem em infraestrutura tecnológica adequada**, incluindo serviços de implantação, migração de dados, suporte técnico, manutenção e atualização da solução.

Essa alternativa apresenta diversas vantagens, dentre as quais se destacam:

- acesso a solução tecnológica especializada e amplamente utilizada no setor público;
- atualização contínua do sistema para atendimento às mudanças legais e normativas;
- redução de custos com infraestrutura tecnológica própria;
- maior segurança, disponibilidade e integridade das informações;
- suporte técnico especializado para atendimento às demandas da Administração;
- escalabilidade da solução, permitindo evolução conforme as necessidades institucionais.

Além disso, esse modelo de contratação permite maior previsibilidade de custos ao longo da execução contratual, uma vez que os serviços são prestados mediante pagamento periódico, com manutenção contínua da solução tecnológica.

Para fins de estimativa de custos da contratação, foi realizada **pesquisa de preços no mercado**, considerando contratações similares realizadas por outros entes públicos e propostas obtidas junto a fornecedores especializados, sendo adotado como parâmetro de referência **a média dos valores obtidos nas cotações**, em conformidade com as práticas de pesquisa de preços aplicáveis às contratações públicas.

Conclusão da análise

Após a análise das alternativas disponíveis, verificou-se que a **contratação de solução especializada em regime de licenciamento de uso com prestação de serviços continuados** apresenta-se como a alternativa **mais eficiente, segura e economicamente vantajosa** para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

A solução permite o acesso a tecnologia atualizada, suporte técnico especializado, maior confiabilidade operacional e conformidade com as exigências legais aplicáveis à gestão pública, garantindo melhores condições para a execução das atividades administrativas e para a gestão eficiente dos recursos públicos.

7. Justificativa da Solução Escolhida

Após a realização do levantamento de soluções disponíveis no mercado e da análise das alternativas possíveis para atendimento da demanda administrativa, concluiu-se que a **contratação de empresa especializada para disponibilização de sistema integrado de gestão pública em ambiente web, mediante licenciamento de uso com prestação de serviços continuados**, apresenta-se como a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para a Administração Pública Municipal.

A escolha dessa solução fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais, econômicos e legais, considerando a necessidade de modernização da gestão administrativa municipal, a complexidade das rotinas administrativas e as exigências normativas aplicáveis à gestão pública.

Sob o aspecto **técnico**, a solução escolhida permite a implementação de sistema integrado, modular e sistêmico, capaz de atender às diversas áreas da Administração Municipal, garantindo interoperabilidade entre módulos administrativos, compartilhamento seguro de dados e eliminação de redundâncias informacionais. A utilização de solução tecnológica em ambiente **100% web** possibilita acesso remoto seguro, maior flexibilidade operacional e facilidade de atualização tecnológica, além de reduzir a dependência de infraestrutura local complexa.

Do ponto de vista **operacional**, a contratação de solução especializada permite a automatização de diversos processos administrativos, promovendo maior eficiência na execução das atividades relacionadas à gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, compras, licitações, contratos e demais rotinas administrativas. Essa integração contribui significativamente para a redução de retrabalho, melhoria da

qualidade das informações gerenciais e fortalecimento dos mecanismos de controle interno.

Sob a perspectiva **legal e regulatória**, a solução escolhida possibilita o atendimento integral às exigências normativas aplicáveis à gestão pública, especialmente no que se refere à execução orçamentária, administração financeira, controle contábil e transparência pública. Destaca-se, ainda, a necessidade de conformidade com as exigências relacionadas ao **Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC**, que estabelece a obrigatoriedade de utilização de sistema integrado com base de dados única e rastreabilidade das operações administrativas.

No aspecto **econômico**, o modelo de contratação por licenciamento de uso com prestação de serviços continuados demonstra-se mais vantajoso para a Administração, uma vez que elimina a necessidade de investimentos elevados em infraestrutura tecnológica própria, aquisição de servidores, contratação de equipe especializada para manutenção de sistemas e atualização tecnológica permanente. Além disso, esse modelo proporciona maior previsibilidade de custos ao longo da execução contratual, permitindo melhor planejamento financeiro da despesa pública.

Outro fator relevante refere-se à **necessidade de atualização constante da solução tecnológica**, em razão das frequentes alterações na legislação fiscal, contábil e administrativa aplicável à gestão pública. A contratação de empresa especializada garante que o sistema permaneça permanentemente atualizado, reduzindo riscos de inconsistências legais ou operacionais.

Adicionalmente, a solução escolhida contempla a prestação de serviços essenciais para o adequado funcionamento da solução tecnológica, incluindo **implantação do sistema, migração e conversão de dados, treinamento de usuários, suporte técnico especializado, manutenção corretiva, evolutiva e legal, bem como atualizações periódicas da solução**, assegurando a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços.

Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação da solução especializada de gestão pública integrada representa a alternativa **mais eficiente, segura, economicamente vantajosa e alinhada às necessidades institucionais da Administração Municipal**, atendendo plenamente ao interesse público e contribuindo para o aprimoramento da gestão administrativa, da governança pública e da transparência na aplicação dos recursos públicos.

8. Estimativa das Quantidades e Valores

A estimativa das quantidades e dos valores da contratação foi realizada com base na análise das necessidades operacionais da Administração Pública Municipal, considerando a estrutura administrativa existente, a quantidade de unidades demandantes e os módulos necessários ao pleno funcionamento do sistema integrado de gestão pública.

Para a definição dos quantitativos, foram observados os seguintes fatores:

- número de setores administrativos que utilizarão o sistema;
- necessidade de integração entre os diversos módulos de gestão pública;
- rotinas administrativas executadas pelos órgãos municipais;

- demanda estimada de utilização da solução tecnológica ao longo do período contratual;
- características operacionais do sistema de gestão pública adotado no mercado.

A solução a ser contratada compreende a disponibilização de **licença de uso de sistema integrado de gestão pública, em ambiente 100% web**, bem como a prestação de serviços associados indispensáveis à operacionalização da solução, incluindo:

- implantação do sistema;
- migração, conversão e validação de dados;
- treinamento dos servidores usuários;
- suporte técnico especializado;
- manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa;
- atualizações legais e tecnológicas periódicas.

No que se refere à estimativa de valores, foi realizada **pesquisa de preços no mercado**, em conformidade com as boas práticas de planejamento das contratações públicas, considerando **contratações similares realizadas por outros entes Públicos da Administração** especializados na área de tecnologia aplicada à gestão pública.

Para fins de definição do valor estimado da contratação, adotou-se como **parâmetro de referência a média dos valores obtidos nas contratações realizadas**, metodologia que permite reduzir distorções decorrentes de valores excessivamente elevados ou inexequíveis, proporcionando estimativa mais equilibrada e compatível com os preços praticados no mercado.

A adoção da média das propostas coletadas como critério de estimativa atende aos princípios da **economicidade, razoabilidade e vantagem da contratação**, permitindo à Administração estabelecer parâmetros realistas para análise da aceitabilidade das propostas no processo licitatório.

Os valores detalhados da estimativa da contratação, incluindo os custos unitários e globais relacionados aos serviços e à licença de uso da solução tecnológica, encontram-se devidamente demonstrados **no Termo de Referência**, que integram o processo administrativo de contratação.

Importa destacar que a estimativa de valores possui caráter **referencial**, destinando-se exclusivamente a subsidiar o planejamento da contratação e a análise da compatibilidade das propostas apresentadas no certame licitatório, não constituindo, portanto, obrigação de contratação pelo valor estimado.

Item	Descrição	UND	QTD	VALOR MÉDIO
01	Contratação de prestação de serviços de locação – licença de uso de software de gestão pública , desenvolvido por único desenvolvedor , de forma integrada, sistêmica e modular , operando em ambiente 100% WEB , com hospedagem de dados em Internet Data Center – IDC , incluindo implantação, migração e conversão de dados, suporte técnico, manutenção corretiva, evolutiva e legal, atualizações automáticas, treinamento de usuários e demais serviços correlatos	mês	12	R\$ 27.611,60
VALOR TOTAL:				R\$ 331.339,20

A contratação deverá contemplar os seguintes módulos:

Item	Descrição
1	Módulo de Orçamento e Planejamento LDO, PPA E LOA
2	Módulo de Contabilidade Pública
3	Módulo de Tesouraria
4	Módulo de Compra e Licitações
5	Módulo de Controle de Almoxarifado
6	Módulo de Controle de Patrimônio
7	Módulo de Controle de Frotas
8	Módulo de Arrecadação Tributária e Não Tributária / Nota Fiscal e serviços eletrônicos
9	Módulo de Controle de Cemitério
10	Módulo de Folha de Pagamento
11	Módulo de Recursos Humanos
12	Módulo Controle Interno
13	Módulo de Assistência Social
14	Módulo Educacional
15	Módulo de Processo Digital
16	API Portal de Transparência
17	Portal E-SIC
18	Atendimento ao Cidadão e Servidores Públicos
19	Módulo de Portal do Fornecedor
20	Integração TCM Colare, Integração e-Social, Integração SUAS

Dessa forma, conclui-se que a estimativa realizada apresenta-se compatível com as práticas no mercado e adequada ao atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal, garantindo condições para a realização de procedimento licitatório **competitivo e vantajoso** para o interesse público.

Os objetos estimados visam assegurar a compatibilidade com os preços praticados no mercado e a disponibilidade orçamentária.

9. Análise de Viabilidade Econômica

A contratação da solução integrada de gestão pública tem como objetivo principal promover a modernização da gestão administrativa do Município, garantindo maior eficiência operacional, transparência na gestão dos recursos públicos, segurança das informações e melhoria na qualidade dos serviços prestados pela Administração Pública Municipal.

Dentre os principais resultados pretendidos com a contratação, destacam-se:

a) Modernização da gestão administrativa

A implementação de sistema integrado de gestão pública permitirá a automatização e padronização das rotinas administrativas, proporcionando maior organização dos processos internos, redução de atividades manuais e maior agilidade na execução das atividades administrativas.

b) Integração das informações institucionais

A solução possibilitará a centralização das informações administrativas em base de dados única e integrada, permitindo maior confiabilidade dos dados, redução de inconsistências informacionais e melhoria no fluxo de informações entre os diversos setores da Administração Municipal.

c) Fortalecimento dos mecanismos de controle e transparência

A utilização de sistema integrado permitirá maior rastreabilidade das operações administrativas, melhoria na geração de relatórios gerenciais e fiscais, além de facilitar o atendimento às exigências dos órgãos de controle e às obrigações legais relacionadas à transparência pública e à prestação de contas.

d) Melhoria da eficiência administrativa

Com a utilização de solução tecnológica especializada, espera-se reduzir significativamente o retrabalho administrativo, otimizar a utilização dos recursos humanos e aprimorar os processos de tomada de decisão pelos gestores públicos, com base em informações mais precisas e atualizadas.

e) Atendimento às exigências legais e normativas

A solução permitirá o adequado atendimento às exigências legais relacionadas à execução orçamentária, financeira e contábil da Administração Pública, incluindo as normas aplicáveis à gestão fiscal, à transparência pública e à integração dos sistemas administrativos utilizados pelo Município.

f) Segurança e integridade das informações públicas

A adoção de solução tecnológica estruturada contribuirá para a proteção das informações institucionais, assegurando mecanismos adequados de controle de acesso, rastreabilidade das operações, armazenamento seguro dos dados e realização de rotinas de backup e recuperação de informações.

g) Suporte à governança pública

A solução tecnológica contribuirá para o fortalecimento da governança pública municipal, ampliando a capacidade de planejamento, monitoramento e controle das atividades administrativas, bem como fornecendo suporte informacional qualificado para a tomada de decisões estratégicas pelos gestores públicos.

Dessa forma, a contratação pretendida permitirá não apenas a implementação de ferramenta tecnológica de apoio à gestão administrativa, mas também o aprimoramento dos processos institucionais da Administração Municipal, contribuindo para maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e para a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

10. Análise de Riscos

Foram identificados os seguintes riscos potenciais relacionados à contratação:

Risco 1 – Inexecução ou execução inadequada do contrato

Existe o risco de a empresa contratada não executar adequadamente os serviços contratados ou não atender plenamente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

Impactos possíveis:

- comprometimento da implantação do sistema;
- dificuldades na utilização da solução pelos servidores;
- prejuízo à continuidade das atividades administrativas.

Medidas mitigadoras:

- elaboração de Termo de Referência detalhado, com definição clara das especificações técnicas e operacionais da solução;
- exigência de comprovação de capacidade técnica da empresa contratada;
- previsão de mecanismos de fiscalização e acompanhamento da execução contratual;
- aplicação das sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

Risco 2 – Problemas na migração e conversão de dados

Durante a implantação do sistema, pode ocorrer perda, inconsistência ou falha na migração dos dados existentes nos sistemas atualmente utilizados pela Administração.

Impactos possíveis:

- perda de informações institucionais relevantes;
- inconsistências em registros administrativos ou contábeis;
- dificuldades operacionais no início da utilização da nova solução.

- realização de planejamento prévio da migração de dados;
- validação e conferência das bases de dados antes e após a migração;
- acompanhamento técnico da equipe responsável pela implantação do sistema;
- realização de testes operacionais antes da entrada definitiva em produção.

Risco 3 – Indisponibilidade do sistema ou falhas tecnológicas

Existe a possibilidade de indisponibilidade temporária da solução tecnológica em decorrência de falhas técnicas, problemas de infraestrutura ou instabilidades no ambiente de hospedagem.

Impactos possíveis:

- interrupção das atividades administrativas dependentes do sistema;
- atrasos em rotinas operacionais;
- prejuízo à continuidade dos serviços públicos.

Medidas mitigadoras:

- exigência de hospedagem em infraestrutura tecnológica adequada (Data Center ou ambiente equivalente);
- implementação de mecanismos de backup e recuperação de dados;
- previsão de suporte técnico especializado para atendimento de incidentes;
- estabelecimento de níveis mínimos de disponibilidade da solução.

Como medidas mitigadoras, recomenda-se:

- Elaboração de Termo de Referência detalhado;
- Definição clara de obrigações contratuais;
- Fiscalização efetiva do contrato.

11. Adequação Orçamentária

A contratação pretendida encontra-se compatível com o planejamento orçamentário da Administração Pública Municipal, observando-se as disposições legais aplicáveis à gestão fiscal e ao planejamento das despesas públicas.

As despesas decorrentes da futura contratação correrão à conta de **dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente**, devidamente previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA do Município, em conformidade com as normas estabelecidas na legislação de direito financeiro e nas disposições da Lei nº 14.133/2021.

A Administração Municipal assegurará, previamente à formalização do contrato, a **existência de crédito orçamentário suficiente para fazer frente às despesas decorrentes da contratação**, bem como a correspondente reserva de dotação orçamentária, garantindo o adequado suporte financeiro para execução do objeto contratual.

Considerando que a contratação refere-se à **prestação de serviços de natureza continuada**, admite-se a possibilidade de vigência contratual por período superior a um exercício financeiro, observando-se os limites e condições estabelecidos na legislação vigente. Nesses casos, as despesas relativas aos exercícios subsequentes ficarão condicionadas à previsão orçamentária nas respectivas leis orçamentárias anuais, conforme as regras aplicáveis à programação financeira da Administração Pública.

Destaca-se, ainda, que a execução financeira da contratação deverá observar os princípios da responsabilidade fiscal, do equilíbrio das contas públicas e da adequada gestão dos recursos públicos, garantindo que as despesas sejam realizadas em conformidade com o planejamento orçamentário e financeiro do Município.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida apresenta **compatibilidade com a disponibilidade orçamentária da Administração Municipal**, não havendo impedimentos financeiros para a continuidade do processo de contratação, desde que observadas as formalidades legais relacionadas à reserva de dotação e ao empenho da despesa

12. Conclusão

Com base nas análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de **empresa especializada para prestação de serviços de locação de licença de uso de software de gestão pública, em ambiente 100% web, de forma integrada, sistêmica e modular, incluindo implantação, migração e conversão de dados, suporte técnico, manutenção corretiva, evolutiva e legal, atualizações automáticas e treinamento de usuários**, apresenta-se como solução **tecnicamente adequada, economicamente viável e administrativamente necessária** para atendimento das demandas da Administração Pública Municipal.

O estudo demonstrou que a solução proposta contribui significativamente para a **modernização da gestão administrativa**, promovendo a integração das informações institucionais, a automação de processos administrativos e o fortalecimento dos mecanismos de controle e transparência da gestão pública.

Verificou-se, ainda, que existem soluções disponíveis no mercado capazes de atender às necessidades da Administração, sendo possível a realização de procedimento licitatório competitivo, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

A análise das alternativas evidenciou que a **contratação de solução especializada com prestação de serviços continuados** apresenta-se como a alternativa mais eficiente e segura para o Município, considerando a necessidade de atualização tecnológica constante, suporte técnico especializado e adequação permanente às exigências legais e normativas aplicáveis à gestão pública.

A estimativa de valores da contratação foi realizada com base em **pesquisa de preços no mercado, adotando-se como parâmetro a média das cotações obtidas**, garantindo maior equilíbrio na estimativa e compatibilidade com os preços praticados no setor.

Adicionalmente, a análise de riscos realizada demonstrou que os possíveis riscos associados à contratação são **gerenciáveis e passíveis de mitigação por meio de planejamento adequado, definição clara das especificações técnicas e fiscalização efetiva da execução contratual**.

No que se refere à viabilidade financeira, verificou-se que a contratação apresenta **compatibilidade com o planejamento orçamentário da Administração Municipal**, estando prevista nas dotações orçamentárias correspondentes, em conformidade com a legislação de direito financeiro.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida atende ao **interesse público, aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e governança das contratações públicas**, razão pela qual **recomenda-se o prosseguimento do processo administrativo para a fase subsequente de instrução do procedimento licitatório**, com base nas condições, requisitos e especificações estabelecidas no Termo de Referência, e de acordo com a lei de licitações 14.133/2021

Posse/GO 11 de Março de 2026

Abílio Francisco de Oliveira Junior
Secretário de Administração